



COMISSÃO ESPECIAL

DOCUMENTO: Projeto de Lei Complementar nº 05/2017 – protocolo nº 0925/17

PROCEDÊNCIA: Poder Executivo

ASSUNTO: “Dá nova redação aos artigos 152 e 153 do Código Administrativo do Município (Lei nº 1970/1988), conforme menciona.”

RELATOR: Ver. Carlos Delgado

PARECER

Chega a esta Comissão Especial para análise, o Projeto de Lei Complementar nº 05/2017, de autoria do Executivo, protocolado nesta Casa sob o nº 0925/17, que dá nova redação aos artigos 152 e 153 do Código Administrativo do Município (Lei nº 1970/1988).

Os referidos artigos fazem parte do Capítulo XVII do Código Administrativo do Município, Das Medidas Referentes a Animais.

O Projeto promove mudanças no tratamento da situação dos animais abandonados em logradouros públicos, bem como correção no defasado valor das multas aplicáveis.

A Lei Orgânica Municipal também estabelece o tema entre as atribuições privativas do Chefe do Poder Executivo:

Art. 96 – Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

(...)

X – planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

Portanto, o Poder Executivo possui competência para iniciativa da lei e para correção dos valores comprovadamente defasados das penalidades, decorrente do descaso com animais. A proposta permitirá melhor exercício das atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana – SEGTRAM juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal – SEMA.

Ressalta-se no entanto, a recomendação manutenção da prática de leilão no caput do art. 152, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. Tratando-se de outros animais, como eqüinos, bovinos, muares, asininos, ovinos, caprinos e suínos, não retirados no prazo de cinco (5) dias, fica o Município autorizado a promover sua venda em leilão e (ou) doação a entidades não governamentais, associações de defesa de direitos sociais, associações filantrópicas, associação sem fins lucrativos, associações com objetivos sociais, associações ligadas ao meio ambiente e fundações filantrópicas.”

Alteração que se justifica pelo atual elevado número de animais sobre responsabilidade do Município, e a necessidade de mais opções de destinação dos mesmos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA - RS
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893
Home Page: www.uruguaiana.rs.leg.br



Recomenda-se também, a inserção de § 3º no art. 152 do Código Administrativo do Município (Lei nº 1970/1988), conforme segue:

“[...]”

§ 3º – *O Município poderá por meio de colaboração com o Ministério Público, celebrar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aos proprietários de animais abandonados nos logradouros públicos.*”

Fundamenta-se a inclusão deste parágrafo, como um meio de vir a garantir a responsabilização pelo abandono de animais, situação que além de gerar custos adicionais ao Município, que tem que direcionar mão-de-obra e maquinário para retirada e cuidado desses animais, também aumenta consideravelmente o risco de acidentes de trânsito, como já infelizmente, inúmeras vezes demonstrado.

Assim, no juízo da avaliação técnica deste relator, o parecer é favorável ao Projeto de Lei Complementar, com as emendas propostas.

Aprovado o Parecer

Em _____

Presidente da Comissão

Sala das comissões, 27 de setembro de 2017.

Carlos Delgado

Ver. CARLOS DELGADO
Relator

VOTO:
DE ACORDO:

[Signature]

CONTRÁRIO: